

# Apontamentos sobre imperialismo, soberania e antiimperialismo na alvorada do século XXI

*Lúcio Flávio de Almeida\**

**Resumo:**

O objetivo deste artigo é levantar algumas questões teórico-políticas com vistas à análise crítica das relações entre imperialismo, soberania e dependência na atual fase de transnacionalização do capitalismo em crise. O eixo da argumentação aponta para a necessidade de superação das perspectivas estatocêntricas e globalistas, pois ambas, para além de sua incompatibilidade, compartilham supostos teórico-ideológicos que ocultam o caráter de classe do Estado burguês.

## **A tríade político-ideológica burguesa**

Boa parte do pensamento e da prática política ocidentais se construiu em torno da tríade Estado-território-soberania, a qual, a partir das grandes revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra e na França, passou a ser visto como extremamente positiva, até porque articulada à constituição da ideologia nacional. Em uma frase, no bojo das revoluções burguesas, se constituíram Estados territorializados que se apresentam como expressões da soberania de comunidades de cidadãos estreitamente vinculadas a territórios precisamente delimitados: comunidades nacionais.

Marx, ao demonstrar que este Estado que se apresenta como de todo o povo é o principal centro de organização da dominação burguesa de classe, contribuiu para desencadear uma revolução teórica que segue seu curso desigual e contraditório.

O estágio imperialista do capitalismo colocou esta questão em novos termos: proliferaram estados burgueses em formações sociais dependentes, o que implicava a tarefa, muitas vezes bastante árdua, de, com vistas à reprodução da dominação de classe, encenar a representação do povo nação

---

\* Departamento de Política da PUC-SP. Membro do NEILS.

como uma coletividade soberana e, neste mesmo processo, reproduzir ou, no máximo, redefinir as relações de dependência desta formação social em relação aos centros do capitalismo hegemônico. O quadro ficou bem mais complexo, pois estes Estados nacionais dependentes constituem fortes referências para nacionalismos de diversos tipos, que possuem um conteúdo democrático que os distingue qualitativamente dos nacionalismos de “nação opressora”. É neste sentido que o nacionalismo iraquiano ou venezuelano se distingue do austríaco ou estadunidense.

Mas também existem diferenças importantes entre os dois primeiros. Aquele conteúdo democrático geral, que chamo de “nacionalitarismo”, não deve ser absolutizado, sob pena de ignorarmos que se insere em uma relação de dominação de classe que pode adquirir formas extremamente ditatoriais e antipopulares<sup>1</sup> ou, pelo contrário, abrir caminho para lutas democrático-populares dotadas de forte caráter antiimperialista. O século XX foi bastante marcado pela existência de movimentos que, ao confundirem nacionalismo com antiimperialismo, depositaram no primeiro esperanças que ele não podia realizar. Este processo terminou por reforçar visões estatistas que, no limite, identificaram estatização a socialismo. Pelo menos em seus primeiros três quartos, pode ser visto, no centro e na periferia, como o século do triunfo dos Estados nacionais.

No último quartel do século, com a nova rodada de transnacionalização do capitalismo em crise, a situação ficou ainda mais complexa. No bojo da contra-ofensiva capitalista em larga escala que se desencadeou no centro e na periferia do sistema (o chamado neoliberalismo), adquiriu grande importância o discurso da “globalização” ou da “mundialização”, que, em suas versões mais exacerbadas anunciava apocalipticamente, o “fim”: fim do Estado, fim do território, fim da soberania.

Enquanto o neoliberalismo manteve a esperança de um mundo melhor, a “crítica” burguesa ao estatismo passou fácil, se revestindo, freqüentemente, de um toque de modernidade ou mesmo de vanguarda. Hoje, frente à situação de terra arrasada produzida pelo neoliberalismo, volta a crescer na periferia um compreensível clamor pela “reconstrução” do Estado. E, quando os olhos se dirigem para o país de Bush Jr., o discurso sobre o Estado mínimo parece uma piada de mau gosto. Um risco enorme para aqueles que lutam por um outro mundo é o de simplesmente efetuar mais um movimento do pêndulo político-ideológico, oscilando do liberalismo para o estatismo, sem que se avance um milímetro sequer na compreensão das novas configurações do imperialismo – este estágio do capitalismo - e de como enfrentá-lo.

---

<sup>1</sup> Procurei desenvolver estas formulações e “Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional” (Almeida, 1997).

## Globalistas de fim de século

Como são abordadas as relações entre a chamada globalização<sup>2</sup> (ou, como preferem os franceses, mundialização) e os Estados nacionais? Quanto mais a mundialização é apresentada como um processo fundamentalmente tecnológico, impulsionado pela revolução nos transportes e comunicações, mais se insiste na perda de importância das unidades políticas territorializadas e soberanas. Em sua versão mais radicalizada, território e soberania estão com os dias contados. Por exemplo, Chagnollaud, afirma, de modo apocalíptico, que os recentes desenvolvimentos tecnológicos “convergem irresistivelmente para um mundo do imediato, que não mais conhece territórios e, portanto, fronteiras” (1999:5). Os fluxos transnacionais se desenvolveriam em todas as dimensões – e não só na econômica –, apresentando duas características principais: “a autonomia e a ausência de qualquer referência a um território”. Portanto, tampouco faria sentido falar em trocas internacionais (1999: 196). Duas épocas, duas lógicas: a do Estado, que é “zelar pelo seu território”; e a dos “fluxos transnacionais, que reforça e desenvolve “vínculos que ignoram os territórios e, portanto, as soberanias” (1999:197).

As otimistas formulações de Chagnollaud culminam em elogio rasgado à ação da OTAN na Iugoslávia. Graças a esta intervenção eficaz, pela primeira vez pessoas puderam regressar ao país de onde foram expulsas e “viver em paz e em segurança sob a proteção de uma força internacional...e de um estatuto de autonomia sob a responsabilidade da ONU” (1999:194).

Obviamente, esta visão apologética, embora bastante difundida, é um caso limite<sup>3</sup>. Mas sinaliza forte visibilidade das posições críticas aos que, no campo de estudo das relações internacionais, atribuem centralidade ao Estado e ao território. Passemos a autores teoricamente mais sofisticados.

Segundo Bertrand Badie, embora o cenário internacional seja cada vez mais povoado por diferentes atores, tornando-se prejudicial o preconceito teórico que exclusiva ou confere prioridade aos Estados nacionais, as análises teóricas padecem de um imenso atraso em relação ao mundo real. O Direito Internacional Público ainda é muito reverente para com esta “marca essencial do Estado, o princípio da territorialidade, e o mesmo ocorre com a teoria das relações internacionais (1995:9).

O problema afetaria o conjunto do pensamento político moderno, com a marca durável da física galileica, da geometria euclidiana e da cartografia. É o que se aplica a Hobbes, cuja reflexão sobre a *cité* se enraizou na consideração do espaço. Mas é Weber que recebe a crítica mais severa, pois

---

<sup>2</sup> Neste artigo, ambos os termos serão utilizados indistintamente, exceto quando houver ressalvas em contrário.

<sup>3</sup> Importantes abordagens das principais linhas de análise do chamado processo de mundialização são apresentadas no artigo de Mongin (1996) e na apresentação que Rogalski (1997) faz do dossier de *La Pensée*, 309, dedicado ao assunto. Uma coletânea que proporciona uma visão ao mesmo tempo ampla e profunda dos principais temas relacionados com o estudo deste processo foi publicada pelo GEMDEV (1999).

o território se tornou “um dos elementos constitutivos de sua sociologia do Estado e de sua concepção das comunidades políticas modernas” (Badie, 1955:9-10).

Esta crítica "panorâmica" é retomada por Badie em um livro mais recente, onde afirma a crescente proeminência, no cenário mundial, das “lógicas de rede” sobre o território (Badie, 1999: 7) e a tese da soberania “sempre cultivou a ambigüidade ao ponto de alimentar a ficção, desde Jean Bodin, “que inspirou os monarcas absolutistas, até Hans Morgenthau, que formou Henry Kissinger” (Badie, 1999: 8).

Independentemente de sua originalidade ou mesmo da correção de suas críticas aos “estatistas”, as formulações de Badie podem proporcionar uma dupla contribuição. A primeira consiste em destacar o caráter de *constructo* social dos territórios, o que possibilita, sob certos aspectos, uma abordagem mais rica do cenário internacional, na medida em que este se apresenta constituído por diferentes tipos de territorialidade e, inclusive, de racionalidade política. A segunda contribuição requer um tratamento mais sutil. Descarto o tom apocalíptico do título e de boa parte das demarches efetuadas por Badie e me interesso, em sua obra, menos pela questão do “fim” ou não “fim” da soberania e mais pela abordagem da dimensão mítica (nos meus termos, ideológica) que esta noção adquiriu desde os seus primórdios.

A mesma afirmação quanto ao “fim da soberania” do Estado nacional pode ser encontrada na recente obra de Roger Martelli, para quem A construção da UE “está prestes a dissociar nacionalidade de cidadania e, ao mesmo tempo, instala a realidade de uma soberania transnacional” (Martelli, 1998: 9-10)<sup>4</sup>. Mais adiante, o autor retoma a questão em termos muito semelhantes aos de Badie, ao afirmar, por exemplo, que “o modelo estatal-nacional dominante se vê contestado no triplo registro do território, do mercado e da soberania” (1998:267).

Talvez estes reparos ao paradigma “realista” no estudo das relações internacionais se centrem – e de modo exageradamente otimista – no processo europeu ocidental. É também provável que esta unilateralidade tenha contribuído para que os teóricos do “fim da soberania” e do “declínio do Estado-nação” não levem em conta a extraordinária performance do Estado nacional norte-americano no cenário internacional. A este respeito, as formulações elaboradas por diversos autores que, a partir de diferentes perspectivas, adotam uma posição política antiimperialista, talvez sejam mais esclarecedoras<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Martelli é favorável a uma participação mais ativa do PCF no processo de construção da UE.

<sup>5</sup> Ver, a este respeito, bibliografia mencionada mais abaixo. Considere-se, por exemplo, no mundo anglo-saxônico, Petras (1999), Petras e Veltmeyer (2000), Chomsky (1999), recém-traduzido para o francês (2000). O coletivo Actuel Marx

### **Estatocentrismo e globalismo: diferentes faces da mesma moeda**

Posições teóricas estatocêntricas e seus críticos globalistas compartilham dos mesmos pressupostos (com sinais trocados) acerca do Estado, território e soberania. As primeiras fecundam nacionalismos (que podem ou não se desdobrar em antiimperialismos). As segundas, têm um percurso mais sinuoso: na Europa, incorporaram-se ao processo extremamente contraditório de construção da União Européia sob a hegemonia do grande capital; nas formações sociais dependentes, têm servido admiravelmente à legitimação de políticas neoliberais nesta nova rodada de transnacionalização do capitalismo em crise.

O estatocentrismo tende a elaborar uma concepção acrítica da soberania e, por este caminho, a obscurecer o caráter de classe do Estado. Por outro lado, grande parte das teses acerca do “fim”, trabalha com a mesma noção de soberania (e reproduz os mesmos impactos ideológicos), limitando-se a remetê-la a um período que é visto como terminal.

Visão acrítica da soberania e obscurecimento do caráter de classe do Estado são complementares sob múltiplos aspectos. Por exemplo, ao conceituar o Estado sobretudo pela soberania, desorienta-se todo o debate acerca da chamada “globalização”. Desorientação que alimenta a – e se nutre da – extrapolação deste “modelo” de Estado – construído sobre a representação ideologizada do Estado capitalista – para praticamente todos os tipos de Estado.

Daí a persistência do imenso anacronismo que consiste em considerar a Paz de Westfalia como o nascedouro de um sistema internacional<sup>6</sup>, quando, na época, com a possível exceção dos Países Baixos, nada se parecia com uma comunidade nacional. Em suma, confunde-se sistema de Estados (não nacionais) com sistema internacional.

O contexto da construção da moderna noção de soberania, da mesma forma que a de Estado, precede, de muito, a formação do Estado nacional burguês. A segunda tem, como se sabe, um momento crucial na obra de Maquiavel que, inclusive, usa o termo em seu sentido moderno; a primeira, embora já presente na obra do florentino, teve seu primeiro desenvolvimento sistemático em Bodin. Uma e outra elaboradas no século XVI, foram importantes para a constituição da ideologia teórica que justificava um tipo de Estado radicalmente distinto do Estado burguês: o Estado absolutista (Althusser, 1977; P. Anderson, 1978), Skocpol (1984).

---

(2000) publicou um dossier, organizado por Gillbert Achcar, sobre “a hegemonia” dos Estados Unidos. Esta é analisada em diversas dimensões (econômica, política, cultural), em textos escritos, na maior partes, por norte-americanos. No mesmo volume, a adequação do conceito de hegemonia à análise do papel desempenhado pelos EUA no sistema internacional é questionada por Bidet

<sup>6</sup> É o caso, entre centenas, de Senarclens (1998: 19) e de Chemilier-Gendreau (1995).

Qual é, no contexto desta discussão, a diferença específica deste tipo de Estado? Como ocorre em relação a todas as teses adotadas aqui, o tratamento será esquemático.

Os modos de produção pré-capitalistas são marcados pela presença de dispositivos político-ideológicos que interditam a constituição dos trabalhadores diretos como cidadãos. Esta tese, mesmo no interior da problemática teórica em que é formulada, já se consagrou em relação ao escravismo e ao feudalismo “clássicos”. Mas a aceitação de suas implicações ainda não encontrou equivalente nos estudos sobre o Estado absolutista.

Das duas uma: ou, por uma feliz coincidência, a noção de soberania tal como construída no contexto de afirmação teórico-ideológica do Estado absolutista é adequada à explicação do Estado burguês e, mais ainda, do sistema internacional de Estados ao longo do processo de generalização deste tipo de Estado; ou, ao contrário, esta noção requer um exame crítico pelos estudiosos contemporâneos.

Esta coincidência só seria possível se: a) a noção de soberania não contivesse, já no momento de sua produção, grande carga ideológica; b) as concepções políticas contemporâneas em geral e, em particular, no que se refere ao Estado e, mais particularmente ainda, à soberania, também fossem isentas de forte conteúdo ideológico.

Em outros termos, é preciso efetuar, com as formulações de grandes autores, como Maquiavel, Bodin e Hobbes, um duplo trabalho: 1. reconstituir as linhas gerais do contexto de sua produção; 2. relacionar este contexto com as formulações e, desta forma, tentar discernir suas relações de explicação/ocultação. Este trabalho ainda está, em grande parte, por ser feito.

Quanto ao contexto, adoto a hipótese de que ocorria uma crise do modo de produção feudal, com a tendência à dissolução das relações de servidão na “base” do sistema (nas relações de produção), o que criava a necessidade de centralização no “topo” (P. Anderson (1978). Ora, a moderna noção de soberania surge articulada a este processo de centralização política.

Todavia, a centralização do aparelho estatal, embora seja uma importante característica do Estado nacional burguês, não é, por si só, suficiente para constitui-lo. A centralização do Estado absolutista se contrapunha fundamentalmente à ingerência do poder eclesiástico nos assuntos da monarquia e, no plano “interno”, soldava em novos termos as relações feudais de dominação. Exatamente por isso, a noção de soberania que a ela se articulou não se introjetava por meio da constituição de uma comunidade de cidadãos livres e iguais. Ou seja, em uma comunidade nacional que se percebe como o verdadeiro detentor da soberania, a qual se expressa no Estado-nação.

Estamos às voltas, portanto, com uma noção de soberania que se vinculava a um tipo de legitimidade pré-nacional, a legitimidade dinástica (B Anderson, 1989). Esta era indissolivelmente articulada, inclusive no que se

refere à territorialidade, a determinadas relações de dominação de classe (Anderson, 1978); Mármora, 1986; Almeida, 1993, 1995)<sup>7</sup>.

Neste sentido, pode-se afirmar que, ao longo da chamada Idade Moderna, foi se constituindo um sistema de Estados, um sistema interestatal. Mas considerá-lo um sistema **internacional** de Estados é, insisto, um anacronismo grosseiro. A rigor, se confundem dois sistemas interestatais: um que se articula a formações sociais capitalistas e outro a formações sociais pré-burguesas. Em outros termos, sistema estatal com dominante absolutista e com dominante burguesa.

### **A soberania em dois registros ideológicos**

Obviamente, o exame dos impactos da “globalização”/”mundialização” sobre o Estado nacional traz para o centro do palco a questão da soberania. Boa parte do debate já está, de saída, comprometida não somente por uma concepção simplista de mundialização, como também porque se trata do Estado nacional no singular, o que obscurece as assimetrias presentes nas relações internacionais, assimetrias que expressam determinações constitutivas dos próprios Estados contemporâneos.

Senarclens afirma que “a teoria realista apareceu entre os autores que aspiravam ao papel de ‘conselheiros do príncipe’ e cujos interesses científicos e políticos tendiam a se confundir” (1998: 27). Não pretendo, absolutamente, entrar no debate em torno das principais correntes teóricas no estudo das relações internacionais. Apenas considero, em primeiro lugar, que, apesar do exagero da formulação, esta aponta um problema real.

Independentemente de o alvo de sua censura serem os “realistas”, Senarclens tem razão ao criticar os que negligenciaram “os inúmeros aspectos do estudo das relações internacionais que não entravam na agenda prioritária das grandes potências, em particular as relações de dominação econômica e social de natureza transnacional” (1998: 27).

Isto contribuiu para um procedimento similar ao ocorrido com muitos estudos informados pela “teoria da modernização”: tomar os EUA como “paradigmáticos”<sup>8</sup>. Também contribuiu para uma percepção exacerbada do conflito no que se refere à “política entre as nações”. Ambos os pontos bloquearam grandes avanços no exame crítico da noção de soberania. Esta continuou a ser vista como um dado, até porque, na maior parte dos casos, o

---

<sup>7</sup> Diversos autores, mesmo não adotando a problemática teórica que procuro incorporar, explicitam esta relação entre tipos de Estado, ideologia e territorialidade. Senarclens observa que “se o Príncipe do Antigo Regime podia dispor de seu domínio segundo sua vontade ... as revoluções (burguesas – LFA) fazem do território um elemento constitutivo da soberania”. A partir de então, o território se torna “um patrimônio indivisível da nação” (1998:10).

<sup>8</sup> Badie (1998;12) considera o peso do americanismo um dos dois principais problemas da disciplina Relações Internacionais. O outro, a “imprecisão do objeto”, supõe um exame muito mais complexo que não cabe fazer aqui.

que se tratava, em termos práticos, era de expandir a capacidade de intervenção externa dos EUA.

Basta observar, a este respeito, que o decano dos estudiosos das relações internacionais, Morgenthau (1993), comete a maior série de simplismos justamente ao discorrer acerca da soberania. Menospreza a ruptura na relação entre soberania, Estado e ideologia, nos contextos do Estado absolutista e do Estado nacional burguês; considera a nação como o sujeito da soberania, ignorando toda a dimensão ideológica contida nesta formulação; eleva a noção de soberania às nuvens da abstração filosófica (Passukanis), bem acima da chã realidade das assimetrias que marcam as relações internacionais. Como afirma o próprio Morgenthau, “a desigualdade real das nações e sua mútua dependência não têm qualquer relevância no status legal chamado soberania”<sup>9</sup>. Panamá e EUA, apesar de suas diferentes capacidades para implementarem políticas efetivas, são nações soberanas (1986:367).

Desnecessário insistir em que, no contexto de tais formulações não há lugar para um exame mais atento das determinações estruturais das assimetrias que marcam o sistema internacional e de como elas se articulam com noção de soberania. Daí, apesar da argúcia da análise, as imensas limitações na abordagem de duas projeções distintas mas inextricáveis desta noção nas formações sociais capitalistas: a interna e a externa. A primeira aponta para a nação. A segunda, ao se lançar para o campo das relações internacionais, remete, necessariamente para as problemáticas do imperialismo/globalização/mundialização.

A ausência de uma teorização do Estado nacional como uma estrutura particular que se articula a determinadas relações de classe bloqueia as implicações que se poderia tirar da tese sobre a historicidade desta agência de dominação política. E, desta forma, abre a porta para anacronismos em relação ao desdobramento “externo” da noção de soberania. Isto fica evidente, no que se refere a Morgenthau, na análise do imperialismo, onde o autor passa com incrível facilidade do império macedônio à Alemanha nazista. Deste modo, perde de vista os nexos entre o interno e o externo nas formações sociais.

Com isto podemos passar a um outro fenômeno que contribuiu para um fraco desenvolvimento teórico do estudo das relações internacionais. Trata-se do declínio dos estudos sobre dependência a partir justamente de uma perspectiva das formações sociais subordinadas.

---

<sup>9</sup>Trata-se de um equívoco simetricamente oposto ao de Braillard, que pretende desconsiderar “a abordagem jurídica do direito internacional” que, devido ao seu caráter normativo, “não pode por si próprio fundamentar uma teoria das relações internacionais” (1977: 17).



Tais estudos apresentavam um duplo mérito<sup>10</sup>. O primeiro consistia em apontar justamente para este aspecto que é pouco integrado teoricamente grande parte das análises que trabalham com oposições demasiado abstratas do tipo “globalização”/”mundialização” x Estado nacional: as assimetrias do sistema internacional.

Em segundo lugar, apresentavam a vantagem de se defrontar com uma questão complexa, mesmo quando não a resolviam. Sinalizavam os nexos entre “interno” e “externo”, o que abria caminho para recuperar as determinações externas das relações de dominação internas a cada formação social, Estado incluso<sup>11</sup>. E, por outro lado, destacavam justamente o “déficit de soberania” apresentado pelos Estados nestas formações sociais. Tal abordagem abria a possibilidade, não devidamente explorada, de conceituar o Estado como organizador, inclusive no plano ideológico, da dominação burguesa de classe, o que implica a complexa tarefa de organizar uma coalizão política dominante na qual se inseriam, muitas vezes compartilhando um lugar hegemônico, frações ligadas ao capital internacional.

O objetivo do livro, explicitado pelos próprios autores, era abordar as o desenvolvimento econômico em países que dependentes em relação aos centros hegemônicos do sistema capitalista, mas, tendo se tornado nações e constituído Estados nacionais, “aspiram à soberania” (1973: 7).

No entanto, nenhuma vírgula é dedicada ao exame teórico da soberania e, menos ainda, de sua importância ideológica. O objetivo do livro era bem mais limitado do que as premissas teórico-metodológicas apontavam. Uma “análise integrada” – não do “desenvolvimento”, como escreveram os autores, mas do capitalismo dependente – implicaria apreender os Estados latino-americanos na sua complexa função de organizadores da dominação de classe em um sistema internacional assimétrico.

### **Tipos de Estado, tipos de ideologia da soberania**

Como já vimos, a moderna noção de soberania surge em um contexto de feudalismo de crise, no qual a necessidade de contrabalançar o laseamento das relações de servidão levou a um processo de centralização política. Tal centralização foi hipostasiada pelo ideólogos do absolutismo, o que não contribuiu, de forma alguma, para se desvendarem dois aspectos fundamentais. Um se refere à distinção entre poder político e aparelho de Estado (e, mais especialmente, a direção deste). Não se trata aqui de assumir uma visão economicista e negar os esforços realizados para discernir a

---

<sup>10</sup> Limite-me, aqui, a uma única expressão de um campo de estudos muito vasto e diferenciado. Uma análise das diversas vertentes da “teoria da dependência” é feita por um de seus mais importantes autores, Theotônio dos Santos (2000).

<sup>11</sup> Para Cardoso e Faletto, “o externo” se expressava “também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas” (1973: 23).

especificidade da relação política. Trata-se de restabelecer os vínculos entre esta e as demais esferas de relações sociais. Em poucas palavras, o absolutismo correspondia a um tipo particular de poder político de classe. Obviamente, tal distinção somente possibilita algum aporte científico quando vai além da mera exposição de princípios gerais. Ou seja, quando repercute sobre o processo de conhecimento.

Cabe, por exemplo, observar que o Estado absolutista se articulava a um conjunto de relações sociais que produzia uma forte identificação tendencial entre pessoal do Estado e classe dominante. Já o Estado capitalista, justamente ao se inserir em um outro conjunto de relações sociais, prescinde, estruturalmente, desta identificação, o que altera radicalmente os nexos do poder político com o aparelho do Estado (Saes, 1998).

E também com a ideologia da soberania.

É necessário distinguir esta ideologia do modo efetivo de exercício do poder político e do governo no período absolutista. Do contrário, ficam – mais uma vez – obscuras as relações Estado-classes sociais, tanto nos antigos regimes como nas formações sociais capitalistas. A dominação de classe no feudalismo de crise requeria a presença da soberania do príncipe; a dominação burguesa requer a ideologia da soberania do povo-nação. O confronto entre as duas noções de soberania marcou, por exemplo, a Revolução Francesa.

Existe um interesse nacional clara e objetivamente identificável? Esta questão ingressou de modo permanente no pensamento social com o aporte de Marx e mantém, nos seus termos originais, sua atualidade. Também foi incorporada, de várias formas, por outras correntes de pensamento, às vezes com grande fecundidade, o que não será abordado aqui<sup>12</sup>.

A partir de procedimentos teoricamente rigorosos, é possível demonstrar que boa parte das formulações acerca do interesse nacional são projeções para o “externo” de um processo de ocultação das contradições e conflitos internos a uma formação social.

As se reter a dimensão ideológica da noção de soberania, bem como a redefinição que ela sofreu ao se articular às estruturas do modo de produção capitalista, é possível descartar qualquer concepção simplista de um interesse nacional que se expressa naturalmente por intermédio do Estado-nação. Quando intelectuais críticos lançam mão deste simplismo produzem estragos conceituais imensos que nenhuma conveniência política imediata pode justificar.

---

<sup>12</sup> Será interessante examinar, por exemplo, o paralelo das formulações marxianas com a crítica feita por Schumpeter, que também elabora uma teoria muito particular do imperialismo, à “concepção clássica de democracia”, fundada na noção de bem comum. Em ambos os casos, Schumpeter remete para um passado pré-capitalista o que os marxistas pretendem detectar no capitalismo tardio (imperialismo) ou esperam que se realize para além dele (uma concepção de “bem comum” imune às determinações da dominação de classe). Schumpeter (1961; 1984).

O que importa, neste artigo, é destacar que, na atual fase de transnacionalização do capitalismo, diversas abordagens teóricas, inclusive algumas importantes variantes do marxismo, encontram sérias dificuldades para avançar na compreensão teórica: 1) do Estado “moderno”; 2) do Estado nacional. Dois sérios problemas, que se expressam em uma dupla dificuldade no tratamento da 1) questão da soberania; 2) da relação entre “mundialização” e decadência dos Estados nacionais.

Quanto a este último aspecto, tenho insistido na hipótese de que, no atual contexto de transnacionalização do capitalismo, a crise da ideologia nacional, estreitamente vinculada às turbulências vividas por muitos Estados-nações, pode produzir “surtos” de estatismo, os quais são, por sua vez, grande fonte de nacionalismos.

Sem estatismos. Mas também sem globalismo (apocalíptico ou não). A distinção entre a “Europa dos trustes” e uma “Europa Revolucionária” não é mera figura de retórica. E, adotada pelas esquerdas das formações sociais dependentes, qualquer uma destas unilateralidades superficiais é catastrófica. No momento, sempre com um olho na crítica ao estatismo, o que mais importa, em nome da atual retomada do internacionalismo, é se desvencilhar do canto de sereia do “globalismo”.

### **A atualidade do imperialismo**

Um mundo sem soberania na época da hegemonia do “império” americano? Naves fora o anacronismo, um simples exercício escolar de recapitulação das “verdadeiras marcas da soberania” (Bodin) talvez ajudasse a elucidar algumas questões sobre o lugar ocupado pelos Estados Unidos no sistema internacional. No mínimo, contribuiria para revelar o caráter ideológico de generalizações do tipo crise (ou fim) do Estado, da soberania, etc. Fim dos territórios quando existe um muro nada virtual para controlar o ingresso de proletários, ou, na expressão de Michael Löwy, “pobretários”, no território da maior potência planetária? Fim da soberania do Estado nacional, quando os próprios dirigentes da política externa norte-americana explicitam que lhes cabe decidir quando ou não atuar segundo deliberações tomadas no interior da ONU?

Todavia, mais do que transpor, de maneira abstrata, ou seja, sem um tratamento crítico que recupere, inclusive a historicidade de sua produção, noções elaboradas em outros contextos, o mais importante é atualizar a teoria do imperialismo. Com este objetivo, duas tarefas são fundamentais: 1) atualizar a análise mais propriamente econômica; 2) dar conta das outras dimensões das relações sociais.

Embora desiguais, consideráveis avanços têm sido feitos em ambas as frentes. Acredito que, para os que pretendem impulsionar os estudos científicos do imperialismo, enquanto – retomando parte da expressão de

Cardoso e Falleto – “análises integradas do desenvolvimento” capitalista<sup>13</sup>, no mínimo cinco pontos devem ser considerados. Limito-me a expô-los de modo meramente descritivo.

O primeiro deles é levar a sério a conceituação de capital como relação social. Quando se iniciou a etapa marcada pela exportação de capitais, apenas algumas formações sociais de capitalismo avançado eram marcadas pela presença dominante de relações sociais tipicamente capitalistas. Hoje é bem diferente: houve a industrialização de amplos setores da “periferia” do sistema, processo que não se reduz à mera dimensão tecnológica. Ao contrário, significa o espraiamento, para amplas regiões do planeta, da centralidade da relação capital-trabalho. Em termos concretos, significa a diferença entre uma paisagem marcada pela predominância de exportadores de bens primários-importadores de bens manufaturados, fazendeiros-colonos, por uma outra configuração marcada, por exemplo, pela realização de assembléias de dezenas de milhares de operários industriais, e, na seqüência, praticamente na mesma região e no bojo das mesmas relações fundamentais, quase dois milhões de desempregados.

Em segundo lugar, este espraiamento das relações sociais capitalistas não se dá por meio de uma simples repetição, na “periferia”, dos sistemas existentes nas formações hegemônicas. Relações sociais capitalistas se transnacionalizam, constituindo, de algum modo, um sistema altamente diferenciado e hierárquico que perpassa diferentes formações sociais. Neste sentido, não cabe, como acontece em grande parte dos debates, se contentar com a análise das transformações que ocorrem no capitalismo avançado, vendo-as apenas como a “vanguarda” do sistema. Examiná-las a fundo é importantíssimo como um momento da pesquisa. Mas, considerá-las em si mesmas é incorrer em uma abstração perversa, pois essas transformações só adquirem sentido quando percebidas em suas conexões com as relações sociais que se constituem e se reconstituem nas formações dependentes.

Em terceiro lugar, na aurora do imperialismo, só as formações sociais hegemônicas eram claramente estatais-nacionais. O caso latino-americano (formações sociais estatais-nacionais “dependentes” ou “semicoloniais”) era visto como transitório, em um contexto marcado, segundo estes mesmos ativos autores, como de iminente revolução socialista em escala internacional (com centralidade na Europa). Contrariamente a estas expectativas, a revolução socialista mundial não ocorreu e o que parecia “transitório” e, de certa forma, “marginal”, virou regra: um mundo de formações estatais nacionais.

Em quarto lugar, no contexto dos países hegemônicos, houve uma brutal mudança de hegemonia. Como observa Chesnais (1999), no mundo analisado por Lenin, a primeira cena era ocupada pelos capitais alemão e

---

<sup>13</sup> No caso de países como o Brasil, capitalista dependente.

britânico. Hoje, não só se constituiu a Tríade, como, no seu interior, a predominância é claramente norte-americana<sup>14</sup>.

O quinto aspecto é mais recente e talvez aponte para uma drástica alteração no quadro marcado pelas inovações acima citadas. Trata-se da nova (e redefinida) fase de hegemonia econômica e política do grande capital financeiro, a qual afeta, de modos diferenciadas, as múltiplas dimensões das relações sociais, inclusive na esfera produtiva. No que se refere ao sistema internacional, isto contribui ainda mais para lhe conferir um caráter transitório<sup>15</sup>. O problema é saber para onde se transita.

Em um sistema crescentemente assimétrico, não é improvável que muitos Estados nacionais, antes de se terem plenamente estruturado, submirjam ou fiquem à deriva; que se formem, mais ou menos precariamente, outras unidades políticas; que novas ordens imperiais se constituam.

O que significa, neste contexto, em países como o Brasil, alardear as doudas teses sobre “o fim do território” ou “um mundo sem soberania”. Significa, por exemplo, que a questão do controle sobre a Amazônia perdeu qualquer relevância? Como anda a abertura do Alasca à “comunidade internacional”? A obsessão pelo controle da Eurásia é mero sadismo de intelectuais entediados? Como explicar, à luz destas teses, o crescimento das forças armadas convencionais dos EUA e a expansão territorial da OTAN?

Mesmo sem grandes arroubos nacionalistas, é preciso muita atenção para com as implicações, no que se refere, aos países dependentes, de teses muito taxativas acerca do “fim” do território, da soberania ou do Estado-nação<sup>16</sup>. Existe um muro imenso na fronteira dos territórios do México e dos EUA. Apesar de toda a argumentação de Morgenthau (1986), É tão pouco convincente afirmar, com Morgenthau (1986), que Panamá e EUA são igualmente soberanos como afirmar, com os críticos de Morgenthau, que ambos os Estados perderam soberania e seus territórios se desmancharam no bojo da “globalização”.

---

<sup>14</sup> Mais uma vez destaco o pioneirismo de Poulantzas (1975), que, em um contexto marcado por grandes expectativas em relação aos desafios europeu e, principalmente, japonês, insistia na vitalidade do capitalismo norte-americano e na importância dos Estados nacionais no que ele denominava fase atual do imperialismo. Muita coisa mudou e não se trata de distribuir medalhas, mas de destacar que grande parte do trabalho de atualização dos estudos sobre o atual sistema internacional – e a posição nele ocupada pelas formações sociais dependentes – passa por um reexame crítico de formulações prematuramente abandonadas. Entre elas, algumas elaboradas pelas “teorias” da dependência.

<sup>15</sup> Observe-se, no plano ideológico, a rápida substituição de “novos países industrializados” por “mercados (financeiros) emergentes” (Chesnais, 1999: 109).

<sup>16</sup> A Amazônia corre o risco de virar uma espécie de casa da Mãe Joana, mas, logo após os atentados do 11 de setembro, o território dos EUA (espaço aéreo incluso), por uma decisão de Estado legitimada por forte coesão ideológica, assemelhou-se à gafeira do samba conhecido: quem está fora não entra, quem está dentro não sai. O problema é que não se trata de um espaço isento de contradições, o que, em aparente paradoxo, é confirmado pelos fortes apelos para-fascistas.

Talvez se possa formular a hipótese de que, se a ideologia da soberania é mais “estrutural”, a da crise da soberania pode ter sérias implicações conjunturais. O que aponta, mais uma vez, para a necessidade de retomar análises críticas da atual fase de transnacionalização do capitalismo e de suas relações com diferentes formas de nacionalismo, bem como das potencialidades antiimperialistas presentes em alguns destes.

### **Bibliografia**

- ALMEIDA, Lúcio F. (1993). “Espaço e capitalismo: algumas reflexões sobre a territorialidade burguesa”. *Margem*, 2.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo, EDUC.
- ALTHUSSER, Louis. (1977). *Montesquieu, a política e a história*. Lisboa, Presença.
- ANDERSON, Benedict. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática.
- ANDERSON, Perry. (1978). *L'État absolutiste: ses origines et ses voies*. Paris, Maspero.
- BADIE, Bertrand. (1995) *La fin des territoires*. Paris, Fayard.
- \_\_\_\_\_. (1999) *Un monde sans souveraineté*. Paris, Fayard.
- BODIN, Jean. (1993). *Les Six Livres de la République*. Paris, Le Livre de Poche.
- BRAILLARD, Philippe. (1990). “Teoria e relações internacionais”. In: *Teoria das relações internacionais*. Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CHAGNOLLAUD, Jean-Paul. (1999). *Relations internationales contemporaines: un monde en perte de repères*. 2<sup>e</sup> ed.. Paris, L'Harmattan.
- CHESNAIS, François (1999). “États rentiers dominantes et contraction tendancielle. Formes contemporaines de l'impérialisme et de la crise”. In DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Gérard (orgs.). *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*. Paris, PUF.
- DOS SANTOS, Theotônio (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MÁRMORA, Leopodo. (1986). *El Concepto socialista de nación*. México, Pasado y Presente.
- MARTELLI, Roger. (1998). *Faut-il défendre la nation?* Paris, La Dispute.
- MORGENTHAU, Hans J. (1983). *Política entre las naciones: la lucha por el poder y la paz*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.
- POULANTZAS, Nicos. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SAES, Décio. “O conceito de Estado burguês”. In *Estado e democracia*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2a. ed., 1998, ps. 15-50.

SENARCLENS, Pierre. (1998). *Mondialisation, souveraineté et théories des relations internationales*. Paris, Armand Colin.

SKOCPOL, Theda. (1984). *Los Estados y las revoluciones sociales: un análisis comparativo de Francia, Rússia y China*. México, Fondo de Cultura Económica.